

## **EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 10/15**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE IMPRENSA ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS NO MUNICÍPIO**, que se regerá pelas normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei complementar nº 147/14, pelo Decreto Municipal nº 011/03 de 19 de março de 2003, e, pelas condições deste Edital.

HORA: 9h.

DATA: 29/10/2015.

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, Divisão de Licitações, sala 08, em Candelária – RS.

### **ITEM 1 DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE IMPRENSA ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS NO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO**.

1.1.1 - Caberá ao Município contratante, nos contratos com a imprensa escrita, estipular o tamanho (centímetros) da coluna que deseja publicar em cada edição. A desobediência pelo contratado ensejará o não pagamento dos centímetros publicados não autorizados pelo Município contratante.

### **2- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DAS LICITAÇÕES E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

2.1 Os interessados em participarem da presente licitação, representados por pessoa credenciada autorizada a prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar documentação e propostas em 2 (dois) invólucros distintos fechados e indevassáveis, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CONCORRÊNCIA Nº 010/15  
ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CONCORRÊNCIA Nº 010/15  
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

### **3 - DA HABILITAÇÃO**

**3.1.** Para a habilitação o licitante deverá apresentar no envelope nº 01:

#### **3.1.1 - REGULARIDADE JURÍDICA:**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **3.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, relativas ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011.

#### **3.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

#### **3.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA:**

3.3.1 Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

- a) é vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
- b) licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

3.3.2 – Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias.

### **3.4 - OUTROS DOCUMENTOS:**

3.4.1 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.4.2 – Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.4.3 - Declaração que não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou se sociedade de economia mista.

**3.4.4** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

**3.4.5** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

**3.4.6** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.4.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**3.4.7** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**3.4.8.** O prazo de que trata o item 3.4.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**3.4.9.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.4.6 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no item 10 desse Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **4 – DA PROPOSTA:**

O envelope nº 2 deverá conter:

4.1 – Proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o preço por cm/coluna, devendo estar incluído todos os impostos e encargos.

4.1.1 A Proposta financeira, que deverá ser feita de forma clara, sem conter rasuras e entrelinhas que prejudiquem a compreensão da proposta, deverá ser assinada pelo proponente ou representante legal.

4.1.2 Não serão aceitas propostas cujos valores sejam cotados com mais de duas casas decimais após a vírgula.

4.1.3 Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.1.4 Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.1.5 A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura desta licitação.

#### **5 – DO CRITERIO DE JULGAMENTO**

5.1 Para efeito de julgamento da melhor proposta será observado o critério de **MENOR PREÇO**.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

#### **6 - DO DESEMPATE**

**6.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.4.3 e 3.4.4, deste edital.

**6.1.2.** Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

**6.1.3.** A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

**6.2.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2(dois) dias, nova proposta, por escrito e de acordo com o disposto no item 4 desse edital, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 3.3 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea *a* deste item.

**c)** Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

**6.3.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**6.4.** O disposto nos itens 6.1 a 6.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 3.4.3, deste edital).

**7.5.** As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

## **8 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

8.1 Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor unitariamente estimado pelo Município.

8.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

## **9 – DOS RECURSOS**

9.1 Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

## **10 – DAS PENALIDADES**

10.1 Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

10.2 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.3 Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

10.4 Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação dos serviços previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três)

dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 O pagamento pela prestação do serviço será efetuado a vista, após a comprovação da execução do mesmo.

11.2 Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

## **12 - REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

12.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

12.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12(doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

## **13- DO PROCEDIMENTO**

13.1 No local, dia e hora indicados neste edital, serão recebidos os envelopes nº1 (Documentação) e nº 2 (Propostas).

13.2 Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para entrega dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

13.3 Os representantes presentes serão credenciados e iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes, os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes e pela Comissão.

13.4 Serão consideradas automaticamente inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente as condições deste edital.

13.5 Após decorrida a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão.

13.6 Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassáveis, desde que a empresa venha retirá-los diretamente na Divisão de Licitações, após definitivamente encerrada a Licitação.

13.7 Abertas as propostas financeiras, estas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos Representantes das licitantes.

13.8 A Comissão de Licitações, reserva-se o direito de realizar a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

13.9 Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

13.10 De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada, que assinada pela Comissão de Licitações e quando for o caso, pelas licitantes presentes.

#### **14- DA PUBLICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1 Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial e no site do Município para ciência dos interessados e efeitos legais.

#### **15- DO PRAZO DO CONTRATO**

15.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 5 ( cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 9.3 desse edital;

15.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 1% (um) do valor do contrato.

15.4 O prazo de validade do contrato será de 12 meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais períodos, atendendo ao limite legal, e ao interesse e necessidade da contratante.

#### **16- DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1 Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio.

16.2 Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

16.3 Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

16.4 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.5 Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

16.6 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

16.7 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

16.8 Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III- Minuta do contrato.

16.9 Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o site [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

16.10 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.11 Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

16.12 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

16.13 A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

16.14 Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

Informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Candelária, na Secretaria Municipal de Planejamento, sita na Av. Pereira Rego, nº 1665. O edital e seus anexos estarão disponibilizadas no site do município, [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br).

Candelária, 16 de setembro de 2015.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**JORGE LUIZ MALLMANN**  
Secretário Municipal da Administração



Este Edital de Concorrência Pública nº 010/15  
foi revisado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e está de acordo com a legislação,  
ressalvado quanto ao objeto e sua descrição, uma vez que este exame  
desborda da análise jurídica.

**TANAELA E. MULLER**  
Sub-Procuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRODER**  
Assessora Jurídica  
OAB/RS Nº 95.508

## **ANEXO I**

### **MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

#### **DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

### **MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA**

#### **DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....  
(data)

.....  
(nome)

### **ANEXO III**

#### **CONTRATO Nº /2015 - MINUTA**

Contrato para contratação de imprensa escrita para publicação dos atos oficiais do Município, que celebram o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa ....., com base na Lei nº 8.666/93 e conforme a Concorrência nº 010/15.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rêgo, 1665, CGC/MF Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa ....., CNPJ Nº ....., com sede na Rua ....., nº ....., em ..... – RS, neste ato representada pela **Sr. ....**, representante legal da empresa, doravante denominado **CONTRATADA**, com base na Concorrência nº 010/15 e Lei nº 8.666/93, têm por justo e acordado o que segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços de divulgação dos atos oficiais do município de Candelária, mediante imprensa escrita, em jornal diário com grande circulação no Estado, de propriedade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caberá ao município contratante estipular o tamanho em centímetros da coluna que deseja publicar em cada edição. A desobediência pela CONTRATADA ensejará o não pagamento dos centímetros publicados não autorizados pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E PAGAMENTO:**

A execução do presente contrato dar-se-á pelo preço certo de R\$ ..... (.....), por centímetro de coluna, e será pago sempre após a comprovação da execução do serviço.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, 'd' da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela CONTRATADA, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de prorrogação do contrato, a cada período de 12 meses será concedido reajuste do preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo por indexador o IGPM.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS:**

O presente contrato terá vigência pelo período de 12 meses, a contar da assinatura deste, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo permitido em lei.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO:**

O pagamento do valor previsto na Cláusula Segunda, a que está obrigado o Contratante, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: 03 001 2071 301 3339039.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

O CONTRATANTE se obriga a fornecer o material a ser divulgado, ficando a CONTRATADA obrigada a dar publicidade àqueles atos, observando os prazos próprios de cada ato e o Parágrafo Único da Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO:**

Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, lhe será aplicada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, e ressarcimento de eventuais perdas e danos, além de não isenção de responsabilidade criminal, as seguintes sanções:

- Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.
- Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.
- Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação dos serviços previstos no objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções o Contratante poderá rejeitar o recebimento dos objetos, dispondo a Contratada de um prazo de 03 (três) dias úteis para proceder às correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93, sob as penas da Lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos do art. 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DO FORO:**

Quaisquer dúvidas, que em razão deste Contrato venham a surgir entre as partes, serão dirimidas pelo FORO desta Comarca de Candelária – RS.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente Contrato, em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Candelária, ..... de 2015.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
PREFEITO MUNICIPAL

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:  
RG:  
ASS.:

NOME:  
RG:  
ASS.: